

Avaliação na Educação Infantil: Reflexões sobre a prática e seus pressupostos

Carlos Rafael Monteiro Brasil¹ 

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

Resumo

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM). O PIBID 2022-2024 foi desenvolvido em parceria com um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na cidade de Manaus/AM. Procurando compreender as implicações teóricas e legais das práticas avaliativas observadas no PIBID, trabalho divide-se em duas seções principais: a primeira trata dos aspectos teóricos e dos marcos legais no que dizem respeito à avaliação na etapa pré-escolar, enquanto a segunda trata do relato de experiência em si. Conclui-se que os equívocos observados são decorrentes de uma exigência do sistema educacional para uma preparação das crianças para o Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Avaliação na Educação Infantil. PIBID. Instrumentos avaliativos.

Assessment in Early Childhood Education: Reflections on practice and its assumptions

Abstract

This work is an experience report within the scope of the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships, Pedagogy Subproject of the Faculty of Education of the Federal University of Amazonas. Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships 2022-2024 was developed in partnership with a Municipal Early Childhood Education Center in the city of Manaus/AM. Seeking to understand the theoretical and legal implications of the practices observed in PIBID, the work is divided into two main sections: the first deals with the theoretical aspects and legal frameworks with regard to assessment in the pre-school stage, while the second deals with the report of experience itself. It is concluded that the mistakes observed are due to a requirement of the educational system to prepare children for Elementary School.

Keywords: Assessment in Early Childhood Education. PIBID. Assessment instruments.

1 Introdução

A avaliação está intrinsecamente ligada ao planejamento. Estes são dois elementos que dão sentido à prática pedagógica. Na escola, é possível observar

algumas formas diferentes de avaliação, desde para aferição do nível das aprendizagens dos alunos, até para analisar o trabalho do corpo docente. Considera-se, então, que a avaliação é um elemento de extrema importância para a prática docente e deve estar a serviço do planejamento das ações futuras da escola e da visualização dos caminhos que ela tem trilhado (Hoffman, 2000; Micarello, 2010).

2

Na Educação Infantil não é diferente. A avaliação tem a mesma importância. Entretanto, especialmente a partir das alterações na legislação educacional (Brasil, 1996; 2009) em que a Educação Infantil passa a ser uma etapa da educação básica assegurada e garantida formalmente pela Constituição Federal (Brasil, 1988), algumas questões a respeito da prática (res)surgem: a Educação Infantil é uma etapa de preparação para o ensino fundamental? Qual a finalidade da Educação Infantil? Existe avaliação na Educação Infantil? O que se avalia na Educação Infantil?

As questões levantadas representam também problemáticas que envolvem a formação inicial dos(as) docentes, em que há, nas matrizes de formação de magistério, de forma integrada, habilitações para a Educação Infantil, anos iniciais do ensino fundamental e coordenação pedagógica. Kishimoto (2005) observa que esse modelo, além de não dar conta de todas as especificidades da formação do(a) professor(a), é reproduzidor de práticas do ensino fundamental na Educação Infantil, fazendo, assim, que haja muitas das vezes uma escrita forçada durante a Educação Infantil, com a finalidade de preparação para o Ensino Fundamental.

O estudo se justifica pela necessidade de revisitar alguns conceitos arraigados a respeito da avaliação e da finalidade da Educação Infantil, problematizar o modo tradicional de avaliação, e as práticas avaliativas que, como apontam Oliveira-Formosinho, Kishimoto e Pinazza (2007), correspondem à etapas posteriores da escolarização.

Nesse sentido, o presente relato tem por finalidade apresentar a problematização de uma experiência vivenciada pelo autor no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. O escrito se divide em duas seções principais: a primeira seção se ocupa em apresentar o que a legislação educacional

vigente e a literatura especializada apontam para a avaliação das aprendizagens na Educação Infantil. A segunda trata do relato de experiência, problematizando as práticas referidas.

2 Metodologia

3 A metodologia do trabalho se assenta numa abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. Daltro e Faria (2019) citam que o Relato de Experiência consiste em uma narrativa que, além de relatar uma experiência, se reporta ao momento histórico e lugar de fala, aliando-se a um aporte teórico para sua análise.

Nesse sentido, utilizo como referência os(a) autores(as): Hoffmann (2000), Micarello (2010), Ostetto (2013), Oliveira-Formosinho, Kishimoto e Pinazza (2007), entre outros, para situar a discussão acerca das práticas pedagógicas nos estudos da avaliação das aprendizagens na Educação Infantil e problematizar a experiência relatada no artigo.

3 Avaliação na Educação Infantil: práticas, instrumentos e pressupostos teóricos e legais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Art. 31, estabelece no inciso I: “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. A LDBN reitera, implicitamente, a finalidade máxima que norteia as ações pedagógicas na Educação Infantil: o desenvolvimento integral das potencialidades das crianças (Brasil, 1996). Nesse sentido, a avaliação assume um caráter fundamental, uma vez que compõe a dimensão pedagógica que verifica as aprendizagens e o desenvolvimento da criança.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) indica que a avaliação deve ocorrer através de registros. Ele nos sinaliza também para uma função formativa que a avaliação no contexto da pré-escola deve ter frente às experiências das crianças no cotidiano escolar, numa perspectiva da

democratização da avaliação, visto que pressupõe a participação da criança e indica que registro e *feedback* não devem ser feitos à margem dela:

[...] a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades. São várias as situações cotidianas nas quais isso já ocorre, como, por exemplo, quando o professor diz: “Olhe que bom, você já está conseguindo se servir sozinho”, ou quando torna observável para as crianças o que elas sabiam fazer quando chegaram na instituição com o que sabem até aquele momento. Nessas situações, o retorno para as crianças se dá de forma contextualizada, o que fortalece a função formativa que deve ser atribuída à avaliação (Brasil, 1998, p. 60).

Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) nos dizem que a avaliação deve ocorrer a partir do trabalho pedagógico, de forma a ser contextualizada e “sem objetivo de seleção, classificação ou promoção”. Deve ocorrer a partir de “utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.)” (BRASIL, 2009, p. 29). O registro deve ser algo corriqueiro na Educação Infantil, uma vez que abarca o que foi vivenciado no cotidiano e permite que o professor reflita a respeito da prática. É nesse sentido que Ostetto (2013) cita que não é meramente uma ferramenta descritiva, e sim analítica-reflexiva para compreender o que foi feito e para onde o educador quer seguir, quais caminhos quer tomar.

Uma questão levantada, a partir dos documentos normativos, são as fichas de acompanhamento, muito presentes no contexto da Pré-escola. Côco e Vieira (2014), em uma pesquisa realizada em uma escola de Educação Infantil, constataram que 16 das 23 professoras utilizavam fichas com itens pré-definidos. Contudo, quando consideramos os pressupostos legais, podemos chegar à conclusão da criança enquanto sujeito histórico e social. Nesse sentido, compreendo, a partir de Micarello (2010), que a avaliação na Educação Infantil deve decorrer das especificidades de cada criança e não com o intuito de enquadrá-las em padrões pré-estabelecidos de desenvolvimento. Está claro que fichas e

questionários padronizados e genéricos com respostas de “sim” ou “não” e “pouco” ou “muito” são insuficientes para compreender os avanços das crianças.

As fichas com elementos pré-estabelecidos, segundo Hoffmann (2000), dizem respeito também a uma ausência de reflexão a respeito do trabalho do(a) professor(a), uma vez que se transforma num mero processo de preenchimento de um aparato burocrático. Assim, a avaliação assume um caráter seletivo e classificatório que compõe uma dualidade e compreende apenas o bom e o mal, o suficiente e o insuficiente.

Um outro instrumento que é comumente utilizado na Educação Infantil e que pode possibilitar um caráter democrático no sentido de valorizar as produções das crianças, mais do que meros questionários burocratizados, é o Portfólio. Entretanto, este também exige do(a) professor(a) um movimento de autorreflexão sobre o que são de fato as produções das crianças. Certamente desenhos impressos propostos para colorir não evidenciam a potência da criatividade das crianças, tampouco representam suas criações. Parte disso necessita de uma concepção crítica de criança e de infância e uma (re)construção da práxis docente (Fernandes, 2021).

Nesta seara, há também os relatórios bimestrais, semestrais, ou anuais, feitos pelo(a) professor(a) a respeito das crianças. Esta é uma forma de avaliação que é feita à margem da criança, mas que compreende aspectos que o(a) docente deve visualizar conforme o cotidiano escolar. Uecker e Possa (2021) apontam para uma certa normatização do desenvolvimento e do ser criança, a partir de suas análises em torno dos relatórios.

[...] os processos de avaliação parecem indicar a necessidade do ajustamento da criança em risco, dizendo sobre o desenvolvimento, comportamento e os modos de se relacionar no mundo, a partir de uma grade de normalidade, ou seja, na possibilidade de dar visibilidade à normalidade e às fronteiras entre a anormalidade, ou ainda de dizer sobre o aluno que transita pela curva de normalidade com características e comportamentos que se deslocam, mas que estão sendo normalizados em posições e lugares da criança e da infância que vão marcar e rotular vidas e experiências de sujeitos-crianças (Uecker; Possa, 2021, p. 15).

Tendo isso em vista, pensar uma mudança de paradigma para a avaliação na Educação Infantil exige pensar, para além de uma mudança na relação entre

professor(a) e aluno(a), uma mudança de forma geral na escola, de modo que envolva todos os indivíduos que compõem o quadro da escola e a comunidade escolar, como um todo: professores(as), família, as crianças e os demais trabalhadores que garantem o funcionamento da escola. Micarello (2010) incide na problematização a respeito da participação da gestão escolar na promoção de um ambiente propício para essa dinâmica, desse modo, fazendo ser reconhecida por todos(as) a proposta máxima da Educação Infantil: o desenvolvimento integral das crianças, perpassando por todas as linguagens e não apenas a oral e escrita. É competência de a gestão aproximar-se e incentivar as práticas que já estão apontadas nos marcos legais e na literatura especializada, dessa maneira, aprimorando as práticas avaliativas realizadas na pré-escola.

Cabe esclarecer que os instrumentos arrolados nesta seção são apenas os mais apontados na literatura, dentre muitos outros que existem e onde há possibilidade para a valorização das experiências, descobertas e produção artística, literária etc. que devem ser promovidas no âmbito da Educação Infantil, mas cuja abordagem fugiria ao propósito e tamanho estipulado para a elaboração deste artigo.

4 Primeiros contatos com a prática: experiências vividas pelo autor na Iniciação à Docência

Na formação inicial de professores, além da carga horária teórica, compreende-se que é essencial experiência prática no contexto escola-universidade (Patrício; Roseira, 2023). Há essa integração a partir dos estágios, programas de extensão, iniciação à docência e o recentemente descontinuado Programa Residência Pedagógica. É no contexto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID) que se debruça o presente relato.

Com uma carga horária total de 720h, compreendida em 18 meses de atuação, o PIBID foi realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na zona leste de Manaus durante os anos de 2022, 2023 e 2024. O programa possibilitou aos discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do

Amazonas (UFAM) um ano de experiência prática-crítica-reflexiva na instituição de Educação Infantil, articulando-se com oficinas, encontros, orientações e tertúlias literárias.

No CMEI, cada um dos alunos que se destinou à Educação Infantil pôde acompanhar a professora regente em uma das 6 salas de referência das quais a instituição dispunha. Nessa lógica, fui alocado em uma turma de 1º período com crianças de 3 e 4 anos, acompanhado de uma professora regente novata, à época com 2 anos de experiência na docência. Os primeiros cinco meses corresponderam à elaboração de um diagnóstico sobre a escola, sua estrutura e recursos humanos, e sobre a turma que cada um ficou encarregado de acompanhar. Os meses restantes de atuação na escola ficaram destinados à aplicação de um projeto de intervenção didática nas turmas em que os discentes foram alocados.

Na ocasião, a Secretaria de Educação de Manaus (SEMED) estava desenvolvendo um projeto piloto intitulado “Aprende+”, e a escola em que o PIBID estava sendo desenvolvido foi uma das escolhidas para aplicar o projeto de antemão às outras. Para fim de delimitação, nos ateremos a falar a respeito da avaliação realizada pela professora para verificar o nível de escrita das crianças, por exigência da SEMED, uma das últimas atividades realizadas no contexto do projeto Aprende+.

No último dia de execução do referido projeto houve a avaliação. A aula iniciou com a leitura do livro “As Aventuras de Mu: Um extraterrestre na escola”, em que o personagem principal da história é um alienígena que visita o planeta terra e vai à escola pela primeira vez. Após a leitura, a professora propôs para as crianças que elas elaborassem em conjunto uma carta para Mu, que a professora escreveria no quadro. As crianças, conjuntamente, elaboraram o seguinte texto: “Olá, Mu. Por favor, venha visitar a nossa escola”.

Os procedimentos metodológicos utilizados estavam adequados à faixa etária e ao nível de escolarização para o qual ela fora planejada, tendo como referência Freinet (1973) e os pressupostos das crianças como produtoras de textos e o(a) professor(a) como escriba da criança.

Entretanto, no último momento, as crianças foram orientadas a transcrever, em um papel, a carta que haviam elaborado conjuntamente à professora. O

resultado da atividade foi o desinteresse das crianças em realizar a cópia do quadro e poucos, à contragosto, esboçaram a escrita no papel. Observou-se aqui o viés de preparação para o ensino fundamental que o Projeto Aprende+ traz consigo, com ferramentas de avaliação que correspondem a etapas posteriores à Educação Infantil.

O processo avaliativo, no contexto do Projeto Aprende+, ocorreu de forma equivocada, pois o projeto tem como pressuposto a preparação para o Ensino Fundamental, como evidencia uma divulgação feita pelo portal Banzeiro News (2024), tendo como fonte a própria SEMED/MANAUS:

[...] o projeto “Aprende +”, instituído em 246 escolas e envolvendo 43 mil crianças da rede municipal, é mais um reforço no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Por ele, a criança é familiarizada com a cultura da escrita e da leitura, para chegar nos três primeiros anos do ensino fundamental preparada para ser alfabetizada (Alfabetiza, 2024).

Esta experiência de avaliação foi de encontro ao que Hoffmann (2000) chama de “excessiva formalização da avaliação”, quando a avaliação cumpre um papel meramente protocolar e, duplamente, torna-se uma ferramenta de controle sobre as ações das crianças e da professora. Desse modo, a avaliação acaba perdendo seu importante papel no fazer pedagógico, desconsiderando as experiências das crianças e da professora. Há encontros e desencontros com as práticas que, segundo os estudos na área da Educação Infantil e das Infâncias, são as mais adequadas.

Observou-se também o que Oliveira-Formosinho, Kishimoto, Pinazza (2007, p. 9) chamam de “esquizofrenia educativa”, onde “se naturalizou a distância entre propostas e a realidade pedagógica experienciada por adultos e crianças”. Desse modo, as práticas dissonantes do que é apontado pelos documentos normativos acabaram se tornando algo corriqueiro na sala de referência.

Em conclusão, a partir do tempo de vivência no CMEI, observou-se que a avaliação na instituição ocorreu de forma classificatória e, por vezes, comparativa. Considerando que o *feedback* é uma ferramenta de avaliação, avaliar produção de um desenho de uma criança comparando-a a um trabalho de outra criança é uma forma, no mínimo, equivocada de realizar a avaliação e não está em consonância

com as práticas apontadas tanto pela legislação, quanto pela literatura especializada.

5 Considerações finais

No presente artigo, se discutiu acerca da legislação vigente para a avaliação das aprendizagens na Educação Infantil, dando enfoque ao registro feito por adultos e crianças como fio condutor das práticas avaliativas e a necessidade de uma reflexão por parte do(a) professor(a) acerca de sua relação com a criança. Discutiu-se também acerca dos instrumentos avaliativos mais referenciados e comumente utilizados no cotidiano escolar, com destaque ao portfólio, aos pareceres pedagógicos e às fichas de avaliação.

Mesmo diante dos avanços teóricos e legais nas três últimas décadas, pôde-se observar que a avaliação, e mesmo a própria Educação Infantil como etapa da educação básica, apresentam diversos equívocos quanto às suas concepções. São diversos os fatores que se coadunam para haver esse desentendimento a respeito da real função que esta etapa deve ter no desenvolvimento integral das potencialidades das crianças e como realizar a avaliação de maneira a acompanhar o seu desenvolvimento.

Dentre os fatores, para além das problemáticas na formação inicial apresentadas no início do texto, destaco um elemento que considero o principal: exigência, muitas das vezes do próprio sistema educacional e da comunidade escolar, de uma antecipação de conteúdos do Ensino Fundamental na Educação Infantil.

Compreendeu-se que antecipação desses conteúdos, além de não estar alinhada às experiências necessárias para o desenvolvimento das potencialidades cognitivas, sensoriais, motoras etc., se mostrou desinteressante e contraproducente para as crianças. E, uma vez que a professora foi levada, por uma exigência do sistema, a realizar esta atividade, evidenciou-se a ausência de reflexão por parte do(a) professor(a) a respeito da avaliação das aprendizagens como uma política.

Em suma, o presente estudo permitiu uma reflexão e problematização acerca da avaliação na Educação Infantil, com base numa experiência no PIBID. Desse modo, destaca-se que é necessário que os(as) professores(as) compreendam o papel da Educação Infantil e da avaliação a ser realizada nesta etapa. A Educação Infantil não é um preparatório para as fases posteriores de escolarização, e sim uma etapa com características e fundamentos teórico-metodológicos e legais próprios. A avaliação, por sua vez, é um exercício contínuo de reflexão e registro qualitativo, tanto individual como coletivo. Compreendendo isso, a avaliação pode cumprir sua finalidade máxima que é subsidiar o planejamento futuro, de forma a compreender e abarcar as especificidades das crianças.

Referências

‘ALFABETIZA Manaus’ corrige distorção de aprendizagem de 83% dos estudantes do 3º ao 9º ano do ensino fundamental. **BANZEIRO NEWS**, Manaus, 15 mai. 2024. Disponível em: <https://banzeironews.com/alfabetiza-manaus-corrige-distorcao-de-aprendizagem-de-83-dos-estudantes-do-3o-ao-9o-ano-do-ensino-fundamental/>.

Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB nº 020/09 aprovado em 11 de novembro de 2009. Relator: Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Brasília: 2009.

CÔCO, V.; VIEIRA, M. Contextos e práticas de avaliação na educação infantil. **Nuances: Estudos sobre Educação**, v. 25, n. 3, p. 36–55, 2014. Disponível

em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3087>. Acesso em: 9 set. 2024.

Daltro, M. R.; Faria, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>. Acesso em 12 set. 2024.

FERNANDES, J. Portfólio na Educação Infantil: avaliação e re (construção) da aprendizagem. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6611>. Acesso em: 12 set. 2024.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da Escola Moderna**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2000.

KISHIMOTO, T. Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil. **Pro-posições**, v. 16, n. 3, p. 181-193, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643684>. Acesso em: 11 set. 2024.

MICARELLO, H. **Avaliação e transições na educação infantil**. Portal MEC: 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7163-2-11-avaliacao-transicoes-hilda-micarello/file>. Acesso em: 12 set. 2024.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (orgs.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando como passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OSTETTO, L. **Educação infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. Papyrus Editora, 2013.

PATRICIO, M. M. S.; ROSEIRA, Ítalo B. R. Estágio supervisionado: saberes, experiências e desafios dos discentes do curso de Pedagogia. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–21, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/11597>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ⁱ Carlos Rafael Monteiro Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9734-9711>
Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas

Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM). Foi bolsista PIBID 2022-2024. É membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE/UFAM) onde centra-se na linha “Crianças, Infâncias e Educação Infantil com/na Amazônia brasileira”.

Contribuição de autoria: Pesquisa e escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0767663683684622>.

E-mail: carlos.brasil@ufam.edu.br.

Editora responsável: Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 6 de outubro de 2024.

Aceito em 12 janeiro de 2025.

Publicado em 21 janeiro de 2025.

Como citar este artigo (ABNT):

MONTEIRO BRASIL, CARLOS RAFAEL. Avaliação na Educação Infantil: Reflexões sobre a prática e seus pressupostos. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2025.